

Boletim para o 12º Congrejufe - Nº 03 - Foz do Iguaçu (PR), 29 de abril de 2025.

## RESGATAR A FENAJUFE PARA A CATEGORIA

# Plano de lutas tem que ter calendário por PCCS e servidores/as no orçamento

O LutaFenajufe realizou, nesta segunda-feira (28), uma reunião com delegados e delegadas ao 12º Congrejufe que debateu a correlação de forças no país e a importância da construção de uma greve pela reestruturação da carreira (PCCS).

Sem reação, as limitações impostas aos servidores/as públicos/as vão continuar arrojando os salários. O Arcabouço Fiscal que mantém o teto de gastos sociais e trabalhistas; as propostas de 'reforma' administrativa costuradas pelo governo Lula/Alckmin, Congresso Nacional, cúpula do Judiciário e a Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo, o partido do empresariado no país); o fim do Regime Jurídico Único (RJU); e agora a perspectiva de o Supremo Tribunal Federal legalizar de vez a pejetização mostram que só com luta salvaremos direitos.

Por isso, é tarefa fundamental deste Congresso aprovar um calendário efetivo de mobilização. Como foi dito por diversas vezes no plenário, greve não se faz por decreto. O que a direção majoritária da Fenajufe não diz é que para a greve existir é preciso vontade política — e isso é o que tem faltado aos cutistas e seus aliados.

É preciso superar a lógica dos ofícios, e-mails e cafés com as administrações, e botar a categoria em luta. Fazer jus às liberações visitando os locais de trabalho, convencer a categoria que enquanto não transformarmos a revolta em movimento ficaremos assistindo a magistratura abocanhar o orçamento.



## Porque é necessária uma Reunião Ampliada

A direção majoritária tergiversa e faz um discurso de que a demanda por uma Reunião Ampliada “desprestigia o CDE [Conselho Deliberativo de Entidades]”. Nada mais falso! Além de estar prevista no estatuto como uma instância superior ao Conselho, a Reunião Ampliada possibilita reunir ativistas para além das direções sindicais, que num momento de inúmeros ataques são fundamentais para a mobilização da categoria nas capitais e no interior do país.

É preciso recuperar a lógica de ouvir as trabalhadoras e os trabalhadores, conhecer a realidade e dificuldades dos locais de trabalho, disseminar informações, esclarecer à categoria o papel nefasto que o Sindjus-DF e outras associações pelegas têm jogado no Fórum de Carreira do CNJ (junto com as administrações). Desfazer a confusão que se tornou o debate sobre o PCCS nos grupos de WhatsApp.

É hora de separar o joio do trigo e resgatar a história de que nossa luta faz as leis.

# Fortalecer de verdade a luta contra as opressões

Uma vitória importante deste Congresso foi a aprovação da proposta de estabelecer a cota de 30% de negras e negros na próxima diretoria da Fenajufe e a prioridade a colegas com deficiências na composição da direção. Junto com a reserva de vagas para mulheres que já havia sido conquistada pelas ativistas do sindicalismo judiciário, tais políticas afirmativas são o que pode efetivamente fazer a Federação saltar do patamar de fazer constar na pauta dos eventos debates esvaziados sobre racismo, a misoginia e a LGBTfobia para o enfrentamento a essas mazelas.

Como diz Angela Davis, não basta não ser racista — é necessário ser antirracista (e é urgente). Assim como é urgente romper com o capacitismo.

As mulheres do Coletivo Fenajufe defendem ainda que a Federação e seus sindicatos seja parte ativa da construção da 2ª Marcha das Mulheres Negras, que em 25 de novembro pretende mobilizar um milhão de mulheres em todo o país e mais uma vez tomar as ruas de Brasília para exigir o fim do genocídio da população negra, o enfrentamento efetivo ao racismo e políticas

de reparação ao povo preto pelos continuados crimes do Estado brasileiro contra essa população. O depoimento de Ana Paula Oliveira sobre o assassinato de seu filho Johnatha precisa ecoar nos corações e mentes de todo o movimento sindical judiciário. E os sindicatos e a Fenajufe precisam discutir a Marcha com a categoria, organizar ônibus, apoiar outras categorias e movimentos sociais com menores condições de garantir a chegada das mulheres à capital federal.

Assim como todos os sindicatos do país têm o dever de somar esforços na denúncia de como o Judiciário tem legitimado a escravização de seres humanos em pleno 2025, com a decisão de devolver a trabalhadora doméstica Sônia Maria de Jesus ao seu algoz, o desembargador do TJSC Jorge Luiz de Borba. #SoniaLivre!

Da mesma forma, a Fenajufe e seus sindicatos têm o dever de combater ativamente o machismo e a misoginia. Entre as iniciativas nesse sentido, a campanha do Levante Feminista contra o Femicídio (que visa enfrentar a realidade em que a cada 17 horas uma mulher é assassinada por ser mulher).

## Propostas do LutaFenajufe:

- >> Construir uma agenda de mobilizações rumo a uma greve nacional da categoria por carreira, salário, saúde e direitos, para forçar a negociação do PCCS construído nas plenárias de Belém (PA) e Natal (RN), convocando uma Reunião Ampliada o mais brevemente possível, para superar o divisionismo e fragmentação da categoria
- >> Lutar para que a carreira judiciária permaneça sob o Regime Jurídico Único (RJU), enfrentando para valer a 'Residência Jurídica', o desmonte da Justiça Eleitoral e o crescimento dos estágios em detrimento dos concursos
- >> Organizar a resistência nacional contra o desmonte da Justiça Eleitoral e a substituição de servidores/as requisitados/as por terceirização
- >> Lutar para resgatar a isonomia na distribuição dos recursos orçamentários para o auxílio-saúde e contra a apropriação do orçamento judiciário pela magistratura
- >> Enfrentar o ajuste fiscal do governo Lula/Alckmin
- >> Atuar contra qualquer reforma administrativa que retire direitos, inclusive a de Lula, e pela revogação das reformas da previdência e trabalhista
- >> Pressionar o governo e as administrações para a criação de mais cargos, abertura de novos concursos e nomeação de todos os aprovados nos concursos



Reunião do LutaFenajufe (Fotos: Joca Duarte).